



A GÊNESE DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

COMANDO VERMELHO e TERCEIRO COMANDO

Fabio Samu



Fabio Samu possui Graduação – Bacharelado e Licenciatura – em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário Cidade Verde. Possui Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e formou-se em Ator pelo curso Profissionalizante do Senac. Atualmente, cursa o doutorado no PPGF-UFRJ. Dirige, desde o ano de 2004, o Núcleo de Dramaturgia do Projeto Jurisdrama/UFRJ.

Por meio deste programa, lecionou teatro em unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Gericinó (Bangu III, Bangu IV, Bangu V, Bangu VII e Cadeia Pública Pedro Melo da Silva), Complexo Penitenciário Frei Caneca (Milton Dias Moreira) e unidades da extinta Polinter (Base Neves e Base São João do Meriti).

Pelo Jurisdrama, também produziu e dirigiu os seguintes documentários: Artistas nunca serão prisioneiros e Um caminho para a felicidade. A temática de ambos os filmes é mostrar a arte como instrumento de ressocialização na vida dos apenados.

A GÊNESE DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

COMANDO VERMELHO e TERCEIRO COMANDO

Fabio Samu



Rio de Janeiro
2024

© 2024 – Todos os direitos reservados pelo autor.

Venda de exemplares impressos disponível em:

<https://arquimedesedicoes.com.br/faccoes>

Capa: Marcello Sartori

Revisão: Roberto Nunes Bittencourt

Foto contracapa: reprodução toptransferbrasil.com.br

Fotos miolo: arquivo pessoal do autor

Edição e diagramação: Arquimedes Martins Celestino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Samu, Fabio

A gênese das facções criminosas : Comando Vermelho e Terceiro Comando / Fabio Samu. -- Rio de Janeiro : Arquimedes Edições, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87992-09-9

1. Crime organizado - Rio de Janeiro (RJ)

I. Título.

24-227388

CDD-364.106098153

Índices para catálogo sistemático:

1. Crime organizado : Rio de Janeiro : Estado :
História 364.106098153

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



www.arquimedesedicoes.com.br

edicoes@arquimedesedicoes.com.br

*Os governantes, na sua maioria,
pensam a prisão como uma
Cadeia de Segurança Máxima.
É preciso pensar a prisão como uma
Escola de Educação Máxima.*

Fabio Samu

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
REFERÊNCIAS	19
GLOSSÁRIO	21
LINHA TEMPORAL	23
INTRODUÇÃO	27
Capítulo I	
MEMÓRIAS DO CÁRCERE GRACILIANO RAMOS	31
Capítulo II	
A VERSÃO DO JORNALISTA CARLOS AMORIM	61
Capítulo III	
QUATRO PERSONAGENS	91

Capítulo IV

O CONVÍVIO ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS E COMUNS - - - - - 105

Capítulo V

O FUNDÃO - - - - - 149

Capítulo VI

O FIM DA ERA DAS FALANGES - - - - - 193

Capítulo VII

FUGAS, CONFLITOS E MORTES - - - - - 213

Capítulo VIII

O SURGIMENTO DO COMANDO VERMELHO
E DO TERCEIRO COMANDO - - - - - 233

Capítulo IX

O MUNDO ACADÊMICO - - - - - 265

Capítulo X

O ÚLTIMO DOS LSNs - - - - - 277

CONSIDERAÇÕES FINAIS - - - - - 305

BIBLIOGRAFIA - - - - - 308

PREFÁCIO

Gelsom Rozentino de Almeida¹

Era a chamada “crise” do sistema penal. Algum dia ele esteve sadio?
(LIMA, 1991, p. 95)

O presente ensaio escrito por Fabio Samu – Gênese –, expressa bem a epígrafe acima, de William da Silva Lima. Nos últimos anos – ou nas últimas décadas? –, um assunto que vem repercutindo bastante no Brasil é o aumento da violência, a criminalidade e a crise no sistema penitenciário brasileiro. A superlotação das unidades prisionais, a precariedade da maioria das instalações, as brigas entre facções rivais, as rebeliões, as barbáries, a falta de controle do Estado sobre os detentos, a superlotação das prisões e as constantes fugas viraram tema de discussão na imprensa e mesmo de pessoas comuns, além dos especialistas. Mas quando o “sistema penal” ou as prisões não estiveram “em crise”?

Tive a oportunidade de orientar vários projetos de pesquisa vinculados ao meu projeto “História e Memória do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro”, que desenvolvo desde 2006 com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Em

1 Professor Associado PPGHS/UERJ e Procientista FAPERJ/UERJ

todos os estudos de casos e objetos de pesquisa, perpassavam questões relacionadas ao sistema prisional no Tempo Presente.

Pesquisando o neoliberalismo e a hipertrofia do Estado penal, constatamos que as prisões se tornaram o principal instrumento punitivo da sociedade contemporânea, após o cárcere ter passado por significativas transformações ao longo da sua história. O advento do neoliberalismo imprimiu uma nova lógica a instituição carcerária, no contexto em que se observa a hipertrofia do Estado penal e a criminalização da pobreza. No Brasil, as contradições internas adicionam ingredientes próprios a esta questão. À luz destas reflexões é que buscamos compreender as funções atuais do sistema penal brasileiro, considerando o momento histórico de globalização e o aumento do poder do mercado. Além disso, é necessário observar o papel que a política de drogas, capitaneada pelos Estados Unidos – “guerra às drogas” –, desempenhou no processo de criminalização dos pobres. O processo de criminalização e encarceramento em massa nos EUA – copiado à grosso modo no Brasil - evidencia a sua utilização pelo Estado enquanto instrumento coercitivo de repressão e controle de classe.

Esta pesquisa resultou em uma dissertação de mestrado denominada “Controle social no Brasil recente: neoliberalismo, guerra às drogas e Estado penal” (GAVAZZA, 2013), que analisa a reestruturação produtiva do capital sob a concepção neoliberal, no final do século XX, e sua relação com o sistema penal. As transformações econômicas impactariam a estrutura do Estado, o modo de controle social, bem como a função do cárcere na sociedade. A hipertrofia do Estado penal ganha novos agravantes com a política de “guerra às drogas”, declarada pelos EUA no final da década de 1970. A combinação desses ingredientes está relacionada à forma de vigiar e punir a classe trabalhadora no Brasil, com o aumento da repressão e criminalização da pobreza.

A origem da prisão remonta ao surgimento do Estado, embora com o objetivo de detenção para julgamento, pois as penalidades eram aplicadas no criminoso, com castigos, suplícios e morte. O modelo prisional com caráter reeducacional ou de ressocialização tem origem no final do século XVI com a criação de Casas Correcionais para homens e mulheres, como a pioneira *House of Correction*, com a transformação do Castelo de Bridewell em prisão (1553), próximo a Londres, Inglaterra, para disciplinar

LINHA TEMPORAL

1958

- Ocorrem os primeiros assaltos a banco na cidade do Rio de Janeiro.
- André Borges foi preso pela primeira vez.

1960

- Em 14 de julho, tivemos o primeiro assalto de um trem pagador na Cidade do Rio de Janeiro. A ação aconteceu na Estrada de Ferro Central do Brasil, próximo à Estação Japeri.

1961

- William foi preso pela primeira vez. Pegou cinco anos de reclusão.

1963

- Em 8 de agosto, ocorreu o assalto ao trem pagador inglês.
- Levante dos sargentos em Brasília. Muitos presos nesse incidente foram enviados para a Penitenciária Lemos Brito.

1968

- André Borges, juntamente com outros presos comuns, se unem aos presos políticos militares e fundam o MAR.

1969

- Em 6 de janeiro, o MR-8 realiza a primeira expropriação na cidade do Rio de Janeiro. A ação aconteceu no Banco Lar Brasileiro - Agência Ipanema (OVRIL, p. 366)
- Março: Decreto-lei 510.
- Em 26 de maio, membros do MAR fogem da Penitenciária Lemos Brito.
- Setembro: Decreto-lei 898.

INTRODUÇÃO

A gênese das facções criminosas no Estado do Rio de Janeiro está encoberta por brumas que impedem o discernimento sobre aquilo que é fantasia e o que é real. Dessa forma, a fim de me ater às questões de extrema relevância, conforme exige um trabalho com rigor acadêmico, percebi a necessidade de regressar ao final da década de 1950. A história narrada se passa entre os anos de 1958 (período em que se iniciam os primeiros assaltos a banco na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal) e 1983 ou 1984¹ (transferência dos presos insurgentes da terceira galeria da colônia de Ilha Grande para o Presídio Ary Franco, no bairro de Água Santa).

Sendo assim, este livro parte do pressuposto de que há uma narrativa fantasiosa - por parte da sociedade, da mídia, da polícia e do mundo acadêmico - que prega a gênese do Comando Vermelho a partir da mistura de presos políticos com presos comuns no Instituto Penal Cândido Mendes.

A hipótese com a qual trabalho aponta que o processo que culminou com o surgimento das facções criminosas ocorreu em duas etapas: (1) iniciou-se com uma mobilização que visava diminuir a violência aplicada pela administração prisional sobre a massa carcerária,

1 Não consegui uma fonte onde pudesse estabelecer uma data mais precisa.

como também, coibir qualquer tipo de opressão do preso contra o próprio preso e (2) os presos da segunda galeria quiseram impor um controle total sobre todas as atividades financeiras que ocorriam dentro da Instituto Penal Cândido Mendes.

Assim, este trabalho tem por objetivo realizar um revisionismo histórico para desconstruir crenças equivocadas e perpetuadas em torno da gênese do Comando Vermelho. Além disso, pretendo avançar um pouco mais dentro desse processo a fim de apresentar uma hipótese para explicar a origem do Terceiro Comando. Entendo que os alicerces da história não podem se apoiar sobre fundamentos, muitas vezes sem nexos, que são descritos de maneira mitológica por meio da imaginação popular.

Entendo que, em nosso país, não formulamos com solidez um Projeto Nacional de Segurança Pública, e para que seja possível combater com eficiência a violência urbana que se instaura nos dias de hoje, se torna necessário considerar o sistema prisional como um setor estratégico dentro desse processo. Assim, torna-se obrigatório compreender a dinâmica do surgimento das facções criminosas, a fim de se construir um Projeto Nacional de Segurança Pública. Lembrando que facções criminosas não são mais um problema específico no Estado do Rio de Janeiro, mas de quase todos os Estados da Federação. Por isso, tal trabalho se torna ainda mais relevante.

Metodologicamente trata-se de um estudo teórico-reflexivo, de natureza qualitativa e bibliográfica. Minhas principais fontes de informação são os atores envolvidos nos acontecimentos descritos. A fim de alcançar os objetivos propostos, bem como comprovar minhas hipóteses, devo destacar que qualquer tipo de reconstrução dentro desta perspectiva, se torna meramente hipotética. E por que estou dizendo isso? Neste escrito serão omitidas várias passagens de extrema relevância dentro desse processo. Isso ocorre, pois, infelizmente, não existem registros desses fatos. E por qual razão? A quase totalidade dos envolvidos nesses acontecimentos já são falecidos.

Apesar de reconhecer as várias lacunas dentro desse processo de reconstrução, considero minha versão muito mais fidedigna aos fatos ocorridos. E por qual motivo? Muitos que escreveram sobre

CAPÍTULO I

MEMÓRIAS DO CÁRCERE GRACILIANO RAMOS

1

A utilização da Ilha Grande como local de reclusão ocorreu devido à compra de duas fazendas pelo Império no ano de 1884. Uma delas ficava “no lado voltado para o continente, se estendia da Praia Preta até o Abraão” (ALMEIDA, 2013, p.19). Esse foi o local escolhido para a construção do Lazareto. As obras foram iniciadas em 1884 e finalizadas em fevereiro de 1886. A partir daquele momento, o Brasil tinha capacidade para o atendimento de 1500 quarentenados divididos em três classes. Era uma preocupação das autoridades da época não misturar os passageiros no período de quarentena. Vejamos:

O Lazareto, uma das mais dispendiosas obras do final do Império, representou bem a modernidade em terras brasileiras no final do século XIX. A construção do grande complexo arquitetônico foi realizada com base em teorias de controle que são utilizadas até hoje. Embora o combate às epidemias tenha se modificado e a

prática de quarentena tenha se tornado inadequada, as edificações foram mantidas até a década de 60 como lugar de vigilância e imposição de disciplina. O Lazareto, portanto, faz parte de um conjunto de iniciativas de meados do século XIX voltadas para o controle dos indivíduos a partir da separação espacial destes e do controle mais preciso de seus movimentos. Ainda assim, o complexo arquitetônico apresentou características próprias, nem sempre encontradas nos hospitais de quarentena de outros lugares ou nações. (SANTOS, 2009, p.71)

O objetivo era evitar a propagação de doenças contagiosas, devido à chegada de navios aos portos brasileiros. Naquela época, havia um enorme medo de epidemias, principalmente no interior das cidades costeiras. Podemos citar como exemplo o surto de febre amarela identificada pela Academia Imperial de Medicina, ocorrido em 1850, tanto que, a partir disso, a medicina deixa de ser um instrumento de cuidado da saúde individual e se torna a principal ferramenta de controle das enfermidades coletivas.

E por que a Ilha Grande foi escolhida para ser o local de construção do Lazareto? Havia um estudo em andamento com o intuito de determinar qual seria o local mais apropriado. Alguns motivos pesaram para a escolha: (1) posição geográfica privilegiada; (2) uma enseada enorme; (3) ventos sempre renovados e (4) local apropriado para a construção de vários prédios. Os edifícios deveriam ser construídos com certa proximidade, mas de maneira não contíguos. Isso possibilitaria “as múltiplas tarefas do complexo, como desinfecção de bagagens, isolamento dos internos, administração e moradia dos funcionários” (SANTOS, 2009, p.73).

Além disso, as autoridades tinham ciência de que muitos quarentenados seriam internados contra sua vontade. Logo, as instalações deveriam possuir recursos que impedissem a tentativa de fuga, exigindo uma vigilância total, feita por uma guarda especializada. “Segundo o regulamento, a polícia tinha o direito de utilizar os meios necessários para reprimir os internos, caso eles se manifestassem contra as ordens recebidas” (Santos, 2009, p.77). A partir da adoção dessas novas técnicas de vigilância era possível ter “o controle de um grande número de pessoas por um pequeno número de policiais” (SANTOS, 2009, p.77). Outro item

CAPÍTULO II

A VERSÃO DE DO JORNALISTA CARLOS AMORIM

1

Neste capítulo descreverei o caminho trilhado por Amorim (2007) e farei uma análise crítica da sua versão¹ sobre o surgimento do Comando Vermelho. Toda a sua argumentação é baseada na influência que os presos políticos exerceram sobre os presos comuns no período que dividiram o mesmo espaço. Caso o convívio não tivesse ocorrido, os presos comuns jamais se organizariam para defender os seus próprios interesses com o intuito de promover uma melhoria nas condições de vida dentro das cadeias. Será que Amorim está certo?

1 O livro “Comando Vermelho: A história do crime organizado” conquistou no ano de 1994 o Prêmio Jabuti na categoria Reportagem. Uso como referência nesta obra a versão ampliada CV-PCC: A irmandade do crime.

CAPÍTULO III

QUATRO PERSONAGENS

1

Antes de iniciar a minha narrativa, cujo objetivo é explicar a origem do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, preciso destacar algumas passagens da vida de quatro personagens que são de grande importância dentro desse processo: William da Silva Lima, o Professor; Apolinário de Souza, o Nanai; José Jorge Saldanha, o Saldanha (chamado pela mídia de Zé Bigode ou Zé do Bigode); e Paulo Cesar Chaves, o PC.

É lógico que passagens da vida de outros personagens dessa época seriam essenciais. No entanto, serão citados em escala menor. São eles: (1) Carlos Alberto Mesquita, o primeiro bandido dessa época a receber a alcunha de Professor; (2) Jorge Gomes de Moraes, o da Donga, em 1958 já assaltava bancos na cidade do Rio de Janeiro; (3) Nelson Nogueira dos Santos, a primeira liderança dos LSNs; (4) Ricardo Duram de Araújo, responsável pelo assalto que culminou com a divisão da selva de pedra e criação do Fundão; (5) Silvio de Carvalho, o Silvio Maldição, único sobrevivente da quadrilha DKV.

CAPÍTULO IV

O CONVÍVIO ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS E COMUNS

1

Quando decidi escrever um livro abordando os fatores responsáveis pelo surgimento das facções criminosas no Estado do Rio de Janeiro, sabia que não seria uma tarefa fácil. O fio condutor deste trabalho era mostrar se, de fato, o Comando Vermelho surgiu devido à mistura dos presos políticos com os comuns no Instituto Penal Cândido Mendes em Ilha Grande. Dessa forma, se torna necessário ter na obra um capítulo abordando essa relação.

Ao contrário do que muitos pensam, os presos políticos foram alocados num local onde ficavam separados dos demais presos, na segunda galeria ou selva de pedra. Os únicos que tiveram contato com eles foram os comuns da Lei de Segurança Nacional. Isso ocorreu entre dezembro de 1971 e agosto de 1973. A pergunta que fica no ar é a seguinte: os LSNs eram presos comuns?



Presídio Wilson Flávio Martins - Bangu 5 - ano de 2005



Fabio Samu, Alcino Câmara (Decano CCJE da UFRJ), Helios Malebranche (Coordenador do Jurisdrama em 2005), Malu (Diretora do Bangu V), Eduardo Gameleiro (Subsecretário de Tratamento Penitenciário) e Kátia (Professora)



Turma de formandos



Helios Malebranche, Sonia (Diretora de Bangu VII) e Fabio Samu



Alunas do curso de teatro do Bangu VII na entrega dos certificados

O pavilhão B onde fui ocupar uma vaga, eram 12 cubículos com 32 vagas, um desses cubículos do pavilhão era destinado somente aos “Garotos”.



Waldir e Marcelo Ginu na 1ª Semana Jurisdrama sobre o Cárcere

PROJETO DE EXTENSÃO ROBERTO MUNIÁ DE JURISDRAMA
APRESENTA

Iª Semana Jurisdrama sobre o Cárcere

Fórum sobre Sexualidade Feminina em Presídios

Tema: Homossexualidade

Data: 26 de setembro de 2006

Horário: 18:00h

Local: Auditório Pedro Calmon

Palácio Universitário da Praia Vermelha / UFRJ

Av. Pasteur, 250 / 2º andar - Urca

Informações: 2299-2412 / 2299-2015

Organização: CEDIM e Secretaria de Justiça

Palestra: A Execução Penal

Palestrante: Um Presidiário

Data: 28 de setembro de 2006

Horário: 10:00h

Local: Salão Nobre

Faculdade de Direito da UFRJ

Rua Moncorvo Filho, 8 - Centro

Palestra: A Arte nos Presídios

Palestrantes: Um Presidiário

Data: 27 de setembro de 2006

Horário: 12:00h

Local: Salão Azul

Centro de Letras e Artes

Prédio da Reitoria - Térreo

Ilha do Fundão

Palestra: A Execução Penal

Palestrante: Dr. Carlos Augusto Borges,

Juiz Titular da Vara de Execuções Penais

Data: 29 de setembro de 2006

Horário: 10:00h

Local: Faculdade de Direito da UFRJ

Rua Moncorvo Filho, 8 - Centro

Informações: <http://www.jurisdrama.ufrj.br>



Apoio:

DCE, CA de Letras, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica, CLA e FND

Organização



ESCOLA DE EDUCAÇÃO MÁXIMA

Poesia, História, Cinema,
Literatura, Filosofia e
Sociologia.

William da Silva Lima

Autor do Livro: 400 contra 1 - Uma História do Comando Vermelho

André Borges

Autor dos Livros: Um jornalista em Ilha Grande e A Fuga

Fábio Samu

Projeto Jurisdrama

PROJETO JURISDRAMA

Conscientização e defesa dos direitos individuais e coletivos.

Filme: Um Caminho para a Felicidade

Direção: Fabio Samu e Guilherme de Menezes

“Os governantes, na sua maioria, pensam a prisão como uma CADEIA DE SEGURANÇA MÁXIMA. É preciso pensar a prisão como uma ESCOLA DE EDUCAÇÃO MÁXIMA.”

DIA: 29 de Outubro de 2013

HORÁRIO: 9hs da manhã

LOCAL: Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ
Rua Moncorvo Filho, 8 - Centro - RJ

Realização:
FACC / UFRJ



Helios Malebranche
Coordenador Geral do Jurisdrama

www.jurisdrama.ufrj.br





UFRJ

O Projeto de Extensão Jurisdrama/UFRJ – Conscientização e Defesa de Direitos Individuais e Coletivos – é uma atividade que busca a reflexão interdisciplinar sobre temas jurídicos, sociais e econômicos, atendendo aos objetivos da extensão universitária, fundamentando-se no ensino e na pesquisa. Os temas abordados referem-se tanto a assuntos polêmicos a respeito dos quais pouco ou nada há institucionalizado quanto a outros não tão polêmicos que, quando institucionalizados, necessitam de releituras.

Seus temas são apresentados através de cursos, debates, artigos, livros, documentários e peças teatrais.

jurisdrama.ufrj.br



A perda da liberdade, na cadeia do Brasil, fora de todos os padrões humanos, inclusive do direito à informação e ao lazer, constitui penalidade pior que a perda da vida. Fábio Samu aborda, com precisão, um dos efeitos mais graves da desigualdade existente neste país: a manutenção do controle social exercido pelo sistema de segurança.

A origem da forma de sobrevivência desses segregados, com lucidez rara e de forma inédita, é apresentada após pesquisa séria no contexto da realidade dos excluídos de cidadania. Essa origem deu causa à ‘glamourosa’ senha – “crime organizado” – para reprodução de segregados. O discurso da repressão serviu, e serve, para segurança, tranquilidade e permanência do processo desumano da acumulação. O equívoco da “tese”, até então existente, da origem do Comando Vermelho decorre da ignorância sobre a massa carcerária. A argumentação utilizada pelo senso comum conflita com a própria “tese” dissecada, com rigor, por Samu.

Ao contrário, a argumentação, muito bem exposta neste livro sobre a origem das facções decorre da vivência efetiva de presos políticos e comuns da Ilha Grande, como de André Borges, do MAR (Movimento de Ação Revolucionária) criado em 1969, antes da fuga dos militantes, da Penitenciária Lemos de Brito.

Hélio Luz

Delegado aposentado da Polícia Civil do Rio de Janeiro



ISBN: 978-65-87992-09-9



9 786587 992099

arquimedesedicoes.com.br/faccoes